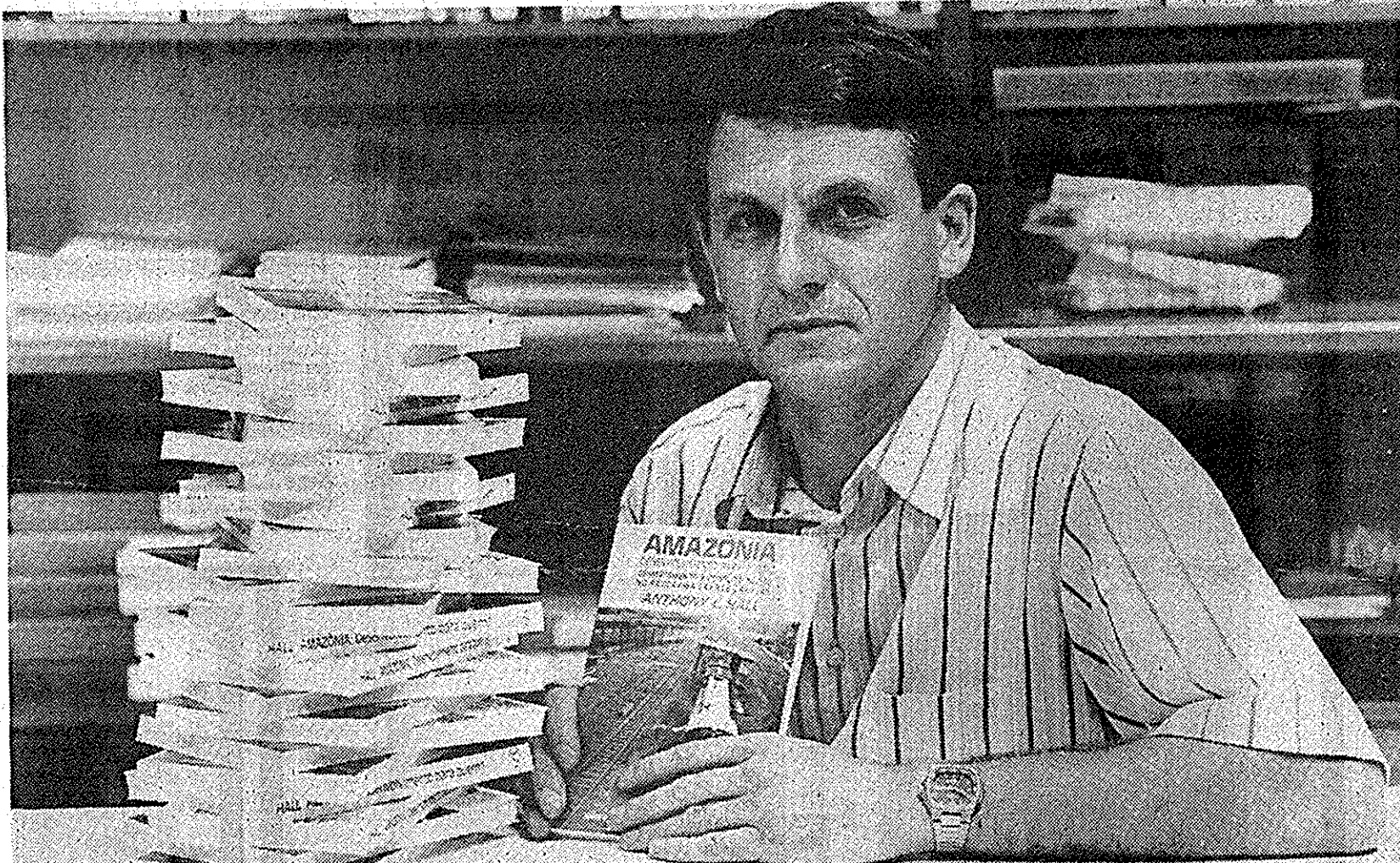


# Inglês diz que ecologia no Brasil é preservar povo

Guilherme Fiuza

■ Na contagem regressiva para a conferência Rio 92, o Brasil já aprendeu a repetir o conceito de *desenvolvimento sustentado* como atestado de boas intenções ecológicas, mas ainda não desistiu de extrair do meio ambiente o máximo ganho econômico no mínimo possível de tempo. No entanto, se o desenvolvimento é sustentado só para inglês ver, o paradoxo é insustentável para um inglês que já viu, não gostou e resolveu explicar por que no livro *Amazônia: desenvolvimento para quem?*, que está sendo lançado no Brasil pela Jorge Zahar Editor. Anthony L. Hall, o autor, é professor da London School of Economics and Political Science, um dos mais importantes centros de saber do mundo, e há 20 dos seus 44 anos de idade divide seu tempo entre a Inglaterra e o Brasil, onde se encontra neste momento para reforçar um alerta: o modelo de desenvolvimento em vigor na Amazônia é um *insustentável* cheque sem fundos na conta ambiental e social do Brasil. Neste ritmo, "tudo indica que, a médio prazo, grande parte da Amazônia oriental estará transformada em capoeira improdutiva". Casado com uma brasileira e pai de outra, Anthony Hall traz uma mensagem cujo tom não é exatamente o verde: "Ecologia no Brasil é preservar o povo". E anuncia uma vitória do enlace entre as questões ambiental e social, em meio ao mar de violência rural: na região do Polígono dos Castanhais, a reforma agrária acaba de ser feita pelas próprias mãos dos camponeses.



Paulo Nicoletta

Anthony Hall, que está lançando livro no Brasil, acha que devastação da Amazônia Oriental é irremediável

## Índios privilegiados

Os índios já garantiram seu lugar no Brasil do futuro. As pressões continuam sendo graves por parte das companhias de mineração, dos garimpeiros e mesmo dos agricultores. Mas os índios aprenderam a lutar. Logo após o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, o Banco Mundial suspendeu um empréstimo de US\$ 500 milhões para o setor energético. Pode-se dizer até que os índios, neste ponto, estão numa posição privilegiada. No Programa Grande Carajás, por exemplo, os índios ganharam um programa especial que trouxe grandes benefícios (fora a parte desviada pela Funai) para as comunidades indígenas naquela área, por exigência do próprio Banco Mundial. Os índios dispõem de certos privilégios, em nível nacional, de que a grande massa da população de pequenos produtores não dispõe. O meu maior medo é que com essa grande atenção sobre o ambiente físico, sobre a ecologia, a questão social seja esquecida — como se

ela não fosse também um problema ecológico...

## Preservação do povo

Acho que os problemas talvez mais graves do processo modernizador brasileiro, dos quais não se fala muito, não serão constatados na área rural da Amazônia tanto quanto nas áreas urbanas. É só olhar para as favelas, inchando em Belém, Marabá, Açailândia, a favela gigante de Parauapebas, para você ver que os impasses se dão também nas áreas urbanas. E os custos sociais disso são enormes! A questão é preservar o povo em condições decentes de vida. Mesmo no Rio de Janeiro, não se tem uma política que favoreça o pequeno produtor e o mantenha em sua área, para pelo menos facilitar a estabilização da população. O importante não é só preservar as florestas e os recursos naturais, mas fazer com que as populações consigam retirar delas o seu meio de vida, de maneira sustentável. E toda a política do governo está contra isto. É conhecido o fracasso do Programa Nacional de Reforma Agrária.

ria. A questão ecológica no Brasil não é meramente uma questão ambiental.

## Reforma agrária

A responsabilidade sobre a reforma agrária tende agora a passar para o Ministério da Agricultura, que são os próprios donos da terra. Já pensou, que loucura? Isto indica que não há realmente um compromisso sério com a questão. A maior reforma é justamente aquela que os próprios sem-terra promoveram. Na região do Polígono dos Castanhais, no Pará, de mais de 1 milhão de hectares, a consciência dos camponeses gerou uma reforma agrária na marra, feita pelos próprios lavradores. Uma reforma agrária de fato, que o governo legalizou. Os agricultores lá conseguem se manter não por causa da política agrícola ou da política agrária do país, mas apesar delas. Naquela área, nos últimos 20 anos morreram 600 pessoas em lutas por terra.

## Alternativa viável

O debate está se ampliando

agora a partir do enfoque que o movimento seringueiro deu à questão da sustentabilidade da pequena produção. A nova linha seria uma agro-silvicultura, uma agricultura ao mesmo tempo tradicional e comercial, associada à preservação da floresta, usufruindo os produtos nativos da floresta sem destruí-la e oferecendo vias econômicas para sustentar os pequenos agricultores. Isto não exige iniciativas inovadoras. É viável, depende só de uma política nacional de pesquisa e deslocamento de recursos para a região. Grande parte dos recursos da Sudam, por exemplo, são dirigidos a empreendimentos industriais e agropecuários, quando a maioria da população não vive disto.

## Miopia política

Pode ser que a curto prazo os políticos percebam o problema da ecologia como uma espécie de luta, "eles" contra "nós", direita x esquerda. Eu espero que se consiga olhar além disso para que se perceba que a estabilidade social

e o desenvolvimento sustentado da Amazônia são fatores altamente favoráveis ao próprio desenvolvimento econômico do país.

## Grande Carajás

Está certo: se é preciso industrialização, é preciso extrair minérios, é preciso exportar, é preciso trazer o progresso. Tudo bem, eu aceito isto. O que eu critico, e não aceito, é o desenvolvimento promovido sem pensar previamente nos encargos sociais e ecológicos. Se você pegar o projeto Ferro-Carajás, um investimento de quase 2 bilhões de dólares só na fase inicial — tem um impacto enorme na região! Mas em nenhum momento foi dada qualquer consideração por parte das autoridades responsáveis pelo Projeto — nem do Mercado Comum Europeu, nem do Banco Mundial, nem do governo brasileiro — sobre qual seriam os impactos na região; e nem se seria possível, àquela altura, desenvolver paralelamente programas que pudessem amenizar um pouco os impactos, trazer algum benefício para a população da região, que não se beneficia diretamente do projeto. Pelo menos as instituições internacionais, como o Banco Mundial, deveriam saber um pouco melhor como promover um modelo de industrialização.

## Rio 92

Do ponto de vista ecológico, os chefes de Estado e ambientalistas estrangeiros vão encontrar um país com um modelo de desenvolvimento quase inalterado, que favorece tendências negativas em relação ao meio ambiente físico e social. Ao mesmo tempo, o governo Collor deu um passo à frente, fazendo cumprir a legislação ambiental através do Ibama. As usinas de ferro-gusa, por exemplo, deixaram de ser o grande problema para a Amazônia, pois já estão sendo aplicadas pesadas multas sobre a derrubada de floresta nativa para produção de carvão vegetal. Agora, existe o perigo e uma grande preocupação (entre os próprios funcionários da Secretaria do Meio Ambiente, em Brasília) de que depois da conferência de 92 — que seria o clímax da questão ecológica — o governo Collor abandone o assunto. Seria, nesse caso, uma postura só para inglês ver.